

Dívida Externa 14 SET 1930

GAZETA AMERICANA

Credores querem o acordo assinado antes da Constituição

por Paulo Sotero
de Washington

Os contratos relativos ao acordo de renegociação da dívida externa estão praticamente prontos e devem começar a ser enviados à comunidade financeira até o fim desta semana. "O objetivo é que todos os bancos tenham assinado antes da promulgação da nova Constituição", disse um banqueiro, confirmado o temor que tanto os credores quanto as autoridades econômicas brasileiras têm de que os deputados e senadores brasileiros fiquem tentados a estrear a nova Carta exercendo o direito que ela reserva ao

Congresso Nacional de aprovar acordos internacionais de qualquer natureza feitos pelo País.

Com o documento sacramentado pelos bancos e tendo uma data prevista para sua ativação, os homens responsáveis pela negociação do acordo nos dois lados acreditam que diminuirá tal tentação. A estratégia de angariar em apenas duas semanas as assinaturas necessárias para colocar o acordo em vigor não está livre de riscos e poderá gerar resistências, sugeriram fontes de bancos europeus. "Quinze dias é muito pouco tempo para que os advogados dos bancos examinem os contra-

tos. Alguns bancos vão sentir-se pressionados pelo comitê e poderão causar problemas", disse o representante de um banco inglês.

O trabalho de finalização dos contratos foi mais difícil do que o comitê e o governo brasileiro previam.

"A alteração na lei da OTN nos fez arrancar os cabelos durante o fim de semana", disse uma fonte familiarizada com as discussões.

A modificação tem implicações importantes para os bônus de saída previstos no acordo. Ontem, a maior parte das difi-

culdades já parecia ter sido superada.

Contando com a entrada em vigor do acordo ainda neste ano, grandes bancos membros do comitê e alguns bancos de investimento passaram a movimentar-se nos últimos dias para adquirir posições de reemprestimo dos bancos que, ao aderirem à proposta de acordo, passaram a ter direito às 75 quotas de US\$ 5 milhões cada uma que o governo brasileiro autorizará, para este efeito, até o fim do ano. Os sindicatos de reemprestimo estão-se formando para financiar subsidiárias brasileiras de empresas multinacionais.